



AS DIFERENÇAS REGIONAIS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Sheila **RANGEL**
Faculdade Ruy Barbosa (Salvador-BA)
Faculdade Àrea 1 (Salvador-BA)
srangelbr@yahoo.com.br

Resumo

A agricultura familiar brasileira tem passado por grandes resistências frente ao mercado competitivo, que privilegia a agricultura patronal. Os privilégios estão voltados quase que, totalmente, para a grande produção privilegiando-a de todas as formas, sendo através do crédito agrícola subsidiado ou com outras políticas. Este artigo questiona as diferenças regionais, no Brasil, e a importância das políticas agrícolas, para o fortalecimento da agricultura familiar, já que esta contribui para uma distribuição mais homogênea da renda nacional, no setor agrícola. As diferentes formas de organizações da agricultura familiar são as responsáveis pelas diferenças regionais, no cenário brasileiro. Além disso, o artigo contextualiza a importância de uma intervenção Estatal, para que este tipo de produção sobreviva ao estado de decadência atual.

Palavras chaves: agricultura familiar, resistência, Brasil

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar nem sempre é conceituada com suficiente clareza. São usados, expressões tais como: pequena produção, produção direta, produção de baixa renda, agricultura de subsistência.

Essa forma de produzir tem sido intitulada também como não-patronal, sustentável, alternativa, diversificada, socialmente justa, viável; como Neves (1995), não latifundiária, não predatória e não excludente; ou ainda da forma como Alentejano (1999,p.4) colocou, em uma de suas linhas interpretativas sobre a realidade da agricultura familiar, não como sinônimo de pequena produção ou produção atrasada, mas como “alternativa moderna, viável, mais barata, ecológica e socialmente justa”. No entanto, é bem verdade que esse padrão ainda não se fez presente no Brasil e em outras partes do mundo com a mesma intensidade.

Apesar de ter como núcleo comum o trabalho familiar, essa categoria se diferencia em função da atenção que se dá a um ou mais fatores que se utiliza para distinguir os tipos de organizações sociais dessa categoria no meio rural. Quando se dá ênfase à terminologia agricultura de subsistência, a variável que sobressai é a impossibilidade da geração de excedentes; já na produção de baixa renda, é ressaltada com maior destaque a precariedade dos rendimentos obtidos; enquanto na pequena produção, se observa como relevante o tamanho das unidades produtivas.

Segundo Lamarche (1993):

A exploração familiar tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família[...] A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.(LAMARCHE,1993,p.15)

Segundo o PRONAF (1998, p.9 *apud* CARDOSO, 2001, p. 20), a definição de agricultura familiar é a seguinte: “[...] como um subconjunto da agricultura, cujo proprietário administra e trabalha na propriedade, em conjunto com a família [...].”

A definição mais genérica e consensual, segundo Neves (1995), atribuída ao termo agricultura familiar é a que se baseia na contraposição à agricultura patronal.

Quadro 1. Principais formas de produção agropecuária – características

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na Qualidade de vida
Trabalho assalariado predominantemente	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias voltadas, principalmente, à redução das necessidades de mão-de-obra.	Tomadas de decisão “in loco”, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Projeto de Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar – INCRA (1994) *apud* CARDOSO (2001)

Percebe-se, após uma ligeira análise desse quadro, o perfil essencialmente distributivo da agricultura familiar; e, se analisadas, as características de modo articulado e sob o prisma da sustentabilidade, essa categoria social de produção, a familiar, apresenta inúmeras vantagens em relação ao modelo patronal, principalmente em função da sua diversificação e à maior flexibilidade do processo decisório, bem como vantagens em termos socioculturais e até naturais ou ambientais.

Segundo Schmidt *et al* (2002), agricultura familiar apresenta tais características:

“ (1) a preeminência da força de trabalho familiar; (2) a unidade, interação e interdependência existentes entre a família e a unidade de produção, isto é, a não separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; (3) a não especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, isto é, entre trabalhadores diretos e indiretos; (4) uma participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e no funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção; (5) um projeto (objetivos e finalidades) orientado, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar ; e (6) uma estratégia voltada para a garantia da segurança alimentar da família, para a redução de riscos, para o aumento da renda total da família e garantia de emprego da mão de obra familiar e ampliação das condições de trabalho e produção”. (FAO/INCRA *apud* SCHMIDT *et al*, 2002, p.64).

Não é fácil manter uma linha de fronteira rígida separando o produtor patronal ou familiar. Há, independente do meio sociocultural em que a categoria esteja inserida, unidades de produção agrícola, eminentemente familiares, que contam com mão-de-obra assalariada temporária para complementar a sobrecarga de trabalho em épocas de

intensa atividade na propriedade; por exemplo, em épocas de plantio ou colheitas; pode-se encontrar também, assalariados permanentes nessas unidades. Existe também o oposto: empresas de caráter patronal, pois apresentam modernas técnicas de produção e utilização dos recursos, são classificadas como familiares, uma vez que seus membros não participam de contratações de assalariamento, dentro nem fora da empresa, utilizando assim trabalho eminentemente familiar, com possibilidades de agregação de trabalho assalariado apenas esporadicamente para complementar alguma tarefa da propriedade.

Segundo Peixoto (1998) deve-se observar que mesmo com dificuldades de uma pré-definição do fenômeno, pode-se utilizar um conjunto de aspectos básicos que servirão para nortear um conceito para a agricultura familiar; tais aspectos são:

- uso predominante da força de trabalho familiar;
- divisão do trabalho, revelando papéis produtivos e gerenciais para o grupo familiar;
- a relação de posse da terra;
- uso de trabalho assalariado apenas complementar;
- ênfase na diversificação da produção e no uso de insumos internos;
- decisões imediatas, pela imprevisibilidade do processo produtivo.

A combinação das variáveis apresentadas, acima, seria suficiente para definir um conceito generalizado de agricultura familiar, o que não aconteceria se fosse analisados individualmente. De acordo com esses pontos básicos, fica visível que a agricultura familiar não foi eliminada da arena rural ao longo da história; pelo contrário, este fenômeno se encontra fortemente presente, predominantemente, mais em umas regiões e menos em outras, mas, independentemente da densidade, ela é segmento de grande importância econômica e social no meio rural.

A agricultura familiar garante a manutenção e recuperação do emprego, contribui para uma distribuição mais homogênea da renda, proporciona um estado de soberania alimentar do país na maioria das culturas, e se orienta para a construção de uma forma de desenvolvimento mais voltado para o sustentável e ecologicamente viável.

2. DIFERENÇAS REGIONAIS NO BRASIL

A agricultura familiar, no Brasil, sofreu grandes influências da época da colonização; onde havia o predomínio de grandes latifúndios e a terra não era adquirida através de compra e sim por doações. A exploração agrícola era feita pela mão escrava e a monocultura imperava, principalmente o plantio da cana de açúcar para exportação. Essa influência foi mais marcante no nordeste, região onde se deu o início do processo de colonização do território brasileiro.

A agricultura familiar no Brasil apresenta-se bastante diversificada; são vários os fatores que contribuem para esse fato, primeiro a grande extensão territorial, com uma diversidade de clima e solo acentuada, esse seria um fator natural; o processo de formação e colonização, o tipo de exploração, o desenvolvimento da indústria, ou melhor, da agroindústria, além de outros fatores.

Para questão de ilustração é possível citar duas regiões e alguns fatores que favoreceram as diferenciações. O Nordeste, talvez de todas as regiões do Brasil, seja a que mais influência sofreu com o processo de colonização baseado na exploração da terra com a monocultura, e o sistema escravista, sem contar que o clima não é o dos mais favoráveis, com longos períodos de seca.

É a região onde se encontram traços mais marcantes de uma agricultura tradicional. As consequências desse modelo de colonização nessa região ainda se refletem na atualidade através da grande propriedade, da monocultura e das relações atrasadas de produção e de trabalho.

Já na região do Centro-Sul, o processo de colonização foi diferente, a influência do sistema escravista não foi tão acentuada, a colonização se deu mais pela ocupação de imigrantes italianos, alemães e poloneses que ali desenvolveram uma agricultura familiar, trazendo características da agricultura camponesa europeia. O clima de certa forma também favoreceu ao desenvolvimento da agricultura e o acesso ao desenvolvimento tecnológico mais acentuado. Com isso não se deseja afirmar que a pequena produção nessa região não possui problemas; os problemas existem de forma diferenciada. A complexidade e a diversidade são inerentes até mesmo na mesma região, mas é entre as distintas regiões Norte – Nordeste e Centro-Sul que são mais evidentes.

A pequena produção familiar tem passado por grandes e profundas mudanças, principalmente, no processo de modernização. Esse processo foi voltado quase que totalmente para a grande produção, privilegiando-a de todas as formas, sendo através do crédito agrícola subsidiado ou com outras políticas que protegessem a sua permanência.

3. POLÍTICAS AGRÍCOLAS X ENFRAQUECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Existem alguns problemas na classificação e na nomeação dadas a produção familiar, Graziano (1995) consegue distinguir, no Brasil, três grandes grupos de produtores rurais:

- a) os grandes proprietários e capitalistas agrários, com propriedade real dos meios de produção, que não desempenham nenhuma importância para o desenvolvimento deste trabalho;
- b) as empresas familiares, unidades que possuem uma série de elementos que definem uma empresa comercial, mas mantêm ainda alguns traços típicos familiares, participam com um número variável de temporários ou pelo menos um assalariado de caráter permanente, a taxa de lucro não é variável chave no funcionamento dessas empresas, sendo mais importante o nível de rendimento total do proprietário: a mobilidade do capital é pequena e, portanto, a busca de alternativas produtivas não orienta os investimentos, senão simplesmente a obtenção de “resultados positivos”;
- c) os produtores camponeses que se distinguem dos anteriores pela posse de pequenas áreas e pelo trabalho basicamente familiar, podendo ou não ser complementado por assalariados temporários. Nesse grupo, praticamente são obrigados a produzir

durante todo o ano os mesmos produtos da região, pois não dispõem de alternativas para o uso de seus equipamentos e tão pouco podem alcançar outros mercados ou os comerciantes locais. Esse é o grupo que interessa nesse presente trabalho.

Graziano (1995) aborda a importância na separação dos tipos de produtores e na sua caracterização para através destas viabilizar a ação do Estado.

[...] em nome de uma sociedade democrática que pretende assegurar igualdade de oportunidades, é dever do Estado proteger os mais fracos e evitar que eles sejam engolidos pelos mais fortes, ou seja, não se pode admitir que coisas desiguais sejam tratadas da mesma maneira. (GRAZIANO, 1995, p. 46)

Nada era feito em função da produção familiar, ela não era considerada nas elaborações das políticas agrícolas, sua importância não era considerada, porque não participava como uma geradora de divisas. Embora a agricultura familiar tivesse até então um caráter marginal, todavia o seu processo de recriação dentro do sistema continuou em grande evidência.

Evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nessas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter conservador da modernização agrícola: discriminatório parcial e incompleto. Um parcela importante da chamada pequena produção é excluída do processo de modernização, conservando muito de suas características: a dependência em relação a grande propriedade, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e a sua extrema mobilidade espacial. (LAMARCHE, 1993, p. 45)

As políticas agrícolas sempre foram feitas privilegiando as grandes empresas rurais e contribuindo para o desaparecimento da produção familiar, a impossibilidade do acesso ao crédito, os problemas de comercialização, a impossibilidade do acesso aos avanços tecnológicos, tudo isso favoreceu para o enfraquecimento, da pequena produção, que não estava conseguindo resistir a tantas pressões externas.

No processo de mudança da agricultura brasileira, esta foi submetida a uma “modernização conservadora”, o latifúndio e o capital caminham juntos, impossibilitando o pequeno produtor de se aliar a esse processo. As expectativas em torno do desaparecimento da pequena produção foram se acentuando.

Não se pode negar que a pequena produção familiar persiste e continua exercendo um papel importante na economia do país.

Além da precariedade, o campesinato brasileiro é profundamente marcado pela instabilidade das situações vividas. Com efeitos, se são numerosos os estudos que indicam a luta dos camponeses para terem acesso ao mercado, são igualmente inúmeras as referências, às suas derrotas neste campo de ação. Longe, porém, de desenhar uma direção unívoca, resultando na dissolução do setor, esses embates dão conta de processos complexos que construíram trajetórias diferenciadas nos diversos momentos e em diversos espaços do território brasileiro. Assim, é possível identificar os processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização” que, de uma certa forma, revelam os caminhos de sua instabilidade estrutural. (WANDERLEY, 1998,p25)

A propriedade da terra e a ausência de patrão, dão ao trabalhador rural uma certa segurança e autonomia, mesmo que a situação não seja das melhores, e ainda sabendo que essa autonomia é limitada, já que as decisões tomadas dentro do estabelecimento já não dependem unicamente do proprietário, existe o mercado, a política de preços, as facilidades de comercialização, a agroindústria e outros fatores que terminam por influenciar diretamente determinadas decisões do agricultor.

Muitos apostaram no desaparecimento da pequena produção, que a presença do capital no campo seria avassaladora como já havia previsto Lenin (1973) e Kautsky (1968), mas a pequena produção resistiu, a penetração do capital no campo causou grandes problemas já que foi efetuado de forma discriminatória, mas não causou o desaparecimento do pequeno produtor.

Contudo o ponto básico a ressaltar é que essa dinâmica não se concretiza exclusivamente com a subordinação direta do trabalho ao capital, via um pleno assalariamento dos trabalhadores rurais. O perfil da agricultura brasileira revela-se detentor de uma heterogênea estrutura social de produção, impregnado por tipos de organização diferenciados e com especificidade próprias nas distintas regiões. Em outros termos, a reestruturação da agricultura brasileira não implica na disseminação generalizada de uma produção assentada em relações de trabalho assalariado. (LACERDA, 1985, p. 45)

Conclusões

Na condição de produtora de matérias primas, sem agregação de valor a seus produtos, boa parte dessa agricultura atinge seus limites de resistência. As famílias de pequenos agricultores não são capazes de gerar a renda necessária para seu sustento, ocasionando com isso um grande êxodo rural.

Diante disso, torna-se necessário uma política de desenvolvimento rural para articular um amplo conjunto de políticas que amparem os trabalhadores rurais mais

desfavorecidos, de modo a permitir que eles mesmos superem a condição de miséria em que se encontram.

Muitos entraves impedem o desenvolvimento normal da agricultura familiar e, sozinha sem uma intervenção Estatal essa produção familiar não consegue sair do seu estado de decadência. É necessária a consciência da importância da produção familiar e de toda a conjuntura que a cerca, para mudar o quadro geral, as ações precisam ser conjuntas para causar impactos e mudanças.

Referências

ALANTEJANO, P. R. **Agricultura familiar, reforma agrária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1999, p.19

GRAZIANO da SILVA, J. (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1995, p.267

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Flama, 1945, p.329

LACERDA, G. N. **Capitalismo e Produção Familiar da Agricultura Brasileira**. IPE-USP, 1985.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar**. São Paulo: UNICAMP, 1993, p.336

LENIN, U. **El Dessarollo del Capitalismo en la Russia**. Editora Estudio, Buenos Aires, 1973.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Brasília, v. 25, n. 2 e 3, p. 21-36, 1995.

PEIXOTO, S. E. **Agricultura familiar**: questões para debate. Salvador: EBDA, 1998, p.13

SCHMIDT, Wilson *et al.* Associativismo e cooperativismo: O Terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis, SC: APED editora, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In anais do II encontro de Pesquisa sobre A Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe – Agricultura Familiar em Debate, 1997.